

**UMA “GRANDE OFICINA SILENCIOSA DE TRABALHO”: O  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (IOCS/  
IFOC/ DNOCS) E SUA PRODUÇÃO TÉCNICO - CIENTÍFICA.**

Aline Silva Lima  
Mestranda em História – Universidade Federal do Ceará/ Bolsista FUNCAP  
[anineslima@gmail.com](mailto:anineslima@gmail.com)

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, órgão público federal criado em 1909, com a denominação de IOCS, teve como principal objetivo a amenização dos efeitos das secas. Constituiu ao longo dos seus cem anos de atuação um rico acervo sobre a região então conhecida como Norte Seco do país. Desde estudos de diagnósticos geológicos, geográficos, botânicos, climatológicos, sociais e culturais até as diferentes obras de açudagem, tais como, estradas de rodagem, hidroelétricas, redes de abastecimentos de água, perfuração de poços, sistemas de irrigação, piscicultura, além de grande assistência as populações da região em períodos de estiagem. Todas estas ações produziram uma série de relatórios, projetos, memórias, mapas, plantas, cadernetas de campo, fotografias, filmes, produção científica e literária, dentre outras. Estes documentos se encontram distribuídos em alguns imóveis em Fortaleza, em outras cidades, tais como Recife e Salvador e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Com a seca de 1877 assume um caráter de calamidade social, ocorrem muitas discussões sobre soluções para o “combate as secas” e ações de socorros públicos e construção de obras como o açude Cedro. Nos anos iniciais do século XX foi criada a Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Secas e a Comissão de Perfuração de Poços, ambas com sede no Rio Grande do Norte e chefiada respectivamente pelos engenheiros João Matoso Sampaio e Pereira Pires. Posteriormente estas comissões se fundem surgindo a Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, a cargo do engenheiro de minas, Antônio Olinto dos Santos Pires. A referida Superintendência operaria nos estados sujeitos às secas, do Piauí a Bahia, contudo teve curta duração, pois logo foi restabelecida a Comissão de Açudes e Irrigação<sup>1</sup>, ficando responsável por realizar estudos de açudes públicos e particulares e prestar informações a quem desejasse construir barragens de reservatórios.

A Inspetoria iniciou seus trabalhos com base em estudos realizados por estas comissões que a antecederam, assim como pelo conhecimento produzido a partir da implantação da mesma. Foi organizado um corpo de especialistas, entre eles: engenheiros, topógrafos, economistas, sanitaristas, geógrafos e muitos outros profissionais, que foram responsáveis por produzir um rico relato científico sobre a região. A Instituição passou por diversas modificações em sua estrutura administrativa e em sua denominação. Em 1909 foi criado como uma divisão especial do Ministério de Viação e Obras Públicas, sob a denominação de Inspetoria de Obras Contra as Secas, no ano de 1919 recebeu a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS e em 1945 tornou-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, denominação utilizada nos dias atuais.

Para a direção geral da IOCS foi nomeado o engenheiro Miguel Ribeiro Arrojado Lisboa<sup>2</sup>, que era considerado por Paulo Guerra “um homem de visão excepcional, que soube promover os estudos básicos sobre a área, de modo amplo, estudos ainda hoje (1981) valiosos”<sup>3</sup>. A perspectiva do engenheiro Arrojado Lisboa representou uma linha de pensamento que acreditava no “combate às secas” através da ação do Estado e por meio da engenharia, uma forma de educar o povo para o progresso. Esta foi à base de atuação da IOCS nos dois períodos (1909 - 1912 e 1920 - 1927) em que este engenheiro esteve no comando da instituição.

Desta forma, as ações da Inspetoria eram baseadas nas condições e potencialidades de cada região. No Ceará foi priorizada à construção de açudes de pequeno, médio e grande porte, através de investimentos totais da União, em cooperação com fazendeiros da região ou ainda realizando somente os estudos e a obra ficando por conta de particulares. Estas ações eram planejadas segundo uma percepção de que somente por meio da ciência a região semi-árida teria as condições necessárias de desenvolvimento e progresso e o primeiro passo neste processo foi a realização de amplos estudos e a produção de relatórios e mapas.

Dos relatórios produzidos neste período destacam-se as *Notas Botânicas e Contribuição para a questão florestal do nordeste do Brasil* de Alberto Lofgren; *Geografia, Geologia, suprimento d’água, transporte e açudagem nos Estados Orientais do Nordeste do Brasil, da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará* de Roderic Crandall;

*Geologia e suprimento d'água subterrânea no Ceará e parte do Piauí* de Horatio Sopper, dentre outras que caracterizam a ênfase dada pela Inspetoria aos estudos sobre a região. Lembrando que aliado a estes estudos era realizado a perfuração de poços, construção de estradas de rodagem e carroçáveis e açudes públicos. No Ceará até 1915 a IOCS já tinha concluído açudes como Acarau-Mirim, Lagoa das Pombas, Breguedofe e possuía outros em construção.

A historiografia dedicada a analisar a produção científica das Instituições do início do século XX, momento em que este conhecimento não estava centralizado nas universidades, deixa ausente a IOCS como produtora de conhecimento científico. Em alguns trabalhos se destaca apenas a iniciativa isolada de alguns de seus diretores. Segundo Almir Oliveira:

As ações da IOCS, que ocorriam no espaço rural, são entendidas no conjunto de ações de outras Inspetorias que tinham como objetivo a modernização urbana (água e esgoto), ou a infraestrutura de transporte (rios, portos e canais) ou a comunicação (telégrafos), o que a nosso ver escamoteia o projeto modernizante do semi-árido.<sup>4</sup>

A IOCS/IFOCS sofre várias mudanças nestes primeiros anos, “a importância dos serviços oficiais contra as secas era proporcional ao montante dos dispêndios gerais da Repartição”. Ocorriam variações no volume de verbas, no número de trabalhadores disponíveis – que nos períodos de seca eram em número bem maior, mas ao se iniciar as primeiras chuvas estes homens habituados com a agricultura voltavam as suas terras para plantar. Tem-se ainda que considerar a forte influência política que esta Instituição sempre sofreu, pois era um espaço que proporcionava uma enorme visibilidade aos políticos da região. Todos estes fatores contribuiriam para a Instituição ter ficado mais conhecida por seu caráter executivo. Assim, a produção técnica – científica ficou restrita a divulgação dentro da mesma ou passou despercebida no montante de documentos que foram produzidas por seus empregados.

No presente trabalho, objetivamos tratar da documentação existente no “arquivo técnico” da 2ª Diretoria Regional, localizado em Fortaleza, que possui uma

série de documentos, tais como ofícios, telegramas, relatórios, fotos, balancetes, cartas, abaixo-assinados, escrituras, inquéritos, livros de ponto, cadernetas de campo e mapas. São fontes consideradas de caráter técnico por conter cálculos de barragens, quadros de cubação e outros muitos cálculos e relatos relacionados a engenharia civil, mas que, em uma leitura mais atenta, nos indicam um enorme campo de possibilidades, pois também abordam o cotidiano das obras, reivindicações, conflitos, negociações e contribuem para análise da história social da seca e do trabalho, assim como para uma perspectiva de história da ciência que era praticada por meio das obras públicas no interior do Ceará no início do século XX.

Por meio destas fontes foi possível compreendermos sobre as técnicas e materiais que eram utilizados naquele período para a construção dos açudes, como no relatório de 1914 do açude Tucunduba, no interior do Ceará

A montagem foi feita em sete dias, na estação Pitombeiras. Para o transporte foi necessário fazer reparos na estrada que ia desta povoação ao local do açude. Aproveitou-se a própria máquina para transportar, visto ser movida a vapor. A 11 de julho, chegou ela a Tucunduba e a 13 entrou em serviço. A despesa feita elevou-se a 500\$000. Em todas as barragens de açude de terra é possível o uso de um compressor mecânico (...), pois além de economia que ocasiona, cumpre ter em vista a perfeição do trabalho.<sup>5</sup>

A descrição da montagem e transporte de um novo equipamento para a obra de construção do açude, o rolo compressor, nos permite conhecer sobre os custos da obra, a noção que era dada de “perfeição ao trabalho”, as dificuldades de montagem e ainda questionar sobre as impressões que tal equipamento teria causado com sua chegada. Este é um pequeno exemplo das possibilidades levantadas com a documentação que se encontra no arquivo do DNOCS. Temos ainda questões de trabalho, políticas e conflitos de costumes que se davam no cotidiano das obras. No que se refere à produção técnico – científica tem-se um grande número de relatórios, que eram denominados de memórias

justificativas, onde eram descritas as condições geográficas, geológicas, topográficas e por vezes de vegetação dos locais escolhidos para as construções dos açudes.

Os documentos que nos auxiliam na percepção desta história não possuem o devido tratamento. Em 2004, foi iniciado um projeto com bolsistas de história da Universidade Federal do Ceará, que do enorme montante de documentos existente no arquivo da Instituição, foi inventariado o fundo açudes públicos do Ceará. Deste trabalho, surgiram pesquisas de iniciação científicas e de mestrado.

Hoje, o arquivo técnico da Coordenadoria Estadual do Ceará (CEST-CE) se encontra em um galpão no Bairro Pici, na periferia de Fortaleza. Desde o primeiro semestre de 2008, após uma rápida e desorganizada retirada destes da antiga sede da CEST-CE na Praia de Iracema. As condições em que se encontram esta documentação não possuem nenhuma organização segundo os padrões da Arquivologia, estão sem acondicionamento apropriado e não possuem nenhuma estrutura que a proteja dos animais, tais como ratos, baratas e cupins.

O DNOCS comemorou em 21 de outubro último, cem anos. Houve cerimônias na Assembléia do Estado do Ceará, na sede do Banco do Nordeste, entre outras, inauguração de um novo jardim em sua sede, localizada em Fortaleza, mas o arquivo continua nas condições descritas acima.

Uma Instituição do porte do DNOCS não pode permitir que se destruam as possibilidades de análise histórica possível a partir dessa documentação. Estes documentos são patrimônio público e como tal necessitam de atenção e cuidado, além de estarem enquadrados em legislação específica, que obriga as instituições a garantirem a conservação, integridade e acesso a esses arquivos lei nº 8.159, que

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

Art. 25 Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social.<sup>6</sup>

A salvaguarda do material que corre o risco de ser destruído deveria compor uma das atividades de comemoração do centenário do DNOCS, pois os documentos que fazem parte deste arquivo técnico são de suma importância para a história desta

instituição centenária, sendo necessário, em caráter de urgência, acondicionar essa documentação em local adequado e com ferramentas de pesquisa que facilitem seu uso.

Foi feito o contato por várias vezes com a Instituição para alertar e pedir providências para esta situação, mas até o momento não se obteve uma ação efetiva.

Gostaríamos com este trabalho de contribuir na divulgação deste amplo campo de fontes para pesquisa e discutir as melhores formas de preservá-lo e disponibilizá-lo para a pesquisa. Fazendo um alerta para a atual condição de acondicionamento e conservação desta documentação.

#### Notas

<sup>1</sup> Esta Comissão foi instituída a partir de 1904, mas encontramos documentos produzidos durante a seca de 1879 onde já se utilizava a denominação de Comissão de Açudes e Irrigação, para designar a comissão responsável pelos estudos para a construção do Açude Quixadá.

<sup>2</sup> O engenheiro Miguel Arrojado Lisboa formou-se pela Escola de Minas de Ouro Preto, trabalhou nas obras de saneamento do Rio de Janeiro, foi diretor de companhias inglesas, como a “The Rio das Mortes Gold Dredging Co.”, participou de comissões de estudos a cargo do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. MVOP/DNOCS. Boletim nº 06 , vol 20, novembro , 1959. Rio de Janeiro, Distrito Federal, p. 8-11.

<sup>3</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981. p. 45.

<sup>4</sup> OLIVEIRA. Almir Leal; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs) *Ceará: Ciência, Saúde & Tecnologia (1850-1950)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008. p.15

<sup>5</sup> Relatório 1914. Fundo: Açudes Públicos. Pasta do Açude Tucunduba. Arquivo Técnico da Coordenadoria estadual do DNOCS no Ceará. Fortaleza.

<sup>6</sup> Diário Oficial da União, de 09 de janeiro de 1991, e pub. ret. em 28 de janeiro de 1991 LEI Nº 8.159, de 08 DE JANEIRO DE 1991

#### Referencias Bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste.” Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº28, 1995.

ALVES, Joaquim. *História das Secas (XVII a XIX)*. Edição fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003. Coleção Biblioteca Básica Cearense.

BRASIL. O DNOCS e o novo Nordeste: uma perspectiva histórica (1909-1984). [Fortaleza]: DNOCS, 1985. 2v.

DUQUE, Guimarães. *Solo e Água no polígono das Secas*. Fortaleza; Banco do Nordeste do Brasil, 2004, 6ª edição.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

- ESTEVAM NETTO, José. *DNOCS Ontem e hoje – sustentáculo da nascente civilização da seca*. João Pessoa, 1987.
- GALENO, Alberto. *Seca e Inverno Experiências dos Matutos Cearenses – (Folclore) –* Gráfica do Sindicato dos Bancários – Fortaleza-Ce, 1998
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Engenheiro e economista: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.
- GUERRA, Otto (org.). *21º Livro das Secas*. Mossoró. Coleção Mossoroense série C, número CDLXXIII. 1989.
- LISBOA, Miguel Arrojado. “O problema das secas sobre vários aspectos” (publicado nos Anais da Biblioteca Nacional de 1913). In: *DNOCS – pensamentos e diretrizes*. Fortaleza, 1984.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza; SECULT, 1994
- \_\_\_\_\_. *Seca, Estado e Controle Social: as políticas públicas de controle às secas no Ceará*. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.). *América Latina: Transformações Econômicas e Políticas*. Fortaleza: Edições UFC, 2003 p. 200 – 217.
- ROSADO, Vingt-um (org) *Memorial da Seca*. Mossoró, 1981, Coleção Mossoroense – Volume CLXIII. 8
- SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das Secas (século XX)* Mossoró, 1982 , Coleção Mossoroense, volume CCXXVI.
- THEOPHILO, Rodolpho. *A Fome/ Violação*. Ed. Fac-símile da edição publicada em 1898, Fortaleza: Academia Cearense de Letras, vol. Nº I, 1979.
- THEOPHILO, Rodolpho. *A Seca de 1915*. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1919.
- THEOPHILO, Rodolpho. *A Seca de 1919*. Rio de Janeiro, 1922.